

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL

**TERCEIRO TERMO ADITIVO
CONTRATO DE CONCESSÃO PARA PRESTAÇÃO
DO SERVIÇO PÚBLICO DE DISTRIBUIÇÃO
DE ENERGIA ELÉTRICA Nº 085/2000-ANEEL**


DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ENERGIA DE IJUÍ – DEMEI

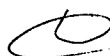
AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL

PROCESSO Nº 48500.005603/2014-05

**TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE
CONCESSÃO PARA DISTRIBUIÇÃO DE
ENERGIA ELÉTRICA Nº 085/2000-ANEEL, QUE
CELEBRAM A UNIÃO E DEPARTAMENTO
MUNICIPAL DE ENERGIA DE IJUÍ - DEMEI.**

A UNIÃO, doravante designada apenas Poder Concedente, no uso da competência que lhe confere o art. 21, inciso XII, alínea “b”, da Constituição Federal, por intermédio da AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA, doravante designada ANEEL, em conformidade com o disposto no inciso IV, art. 3º, da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, autarquia em regime especial, com sede no SGAN quadra 603, Módulo “I”, Brasília, Distrito Federal, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.270.669/0001-29, representada por seu Diretor-Geral, ROMEU DONIZETE RUFINO, nomeado pelo Decreto Presidencial de 12 de agosto de 2014, publicado no Diário Oficial da União em 13 de agosto de 2014, portador da identidade nº 003551 SSP/DF e do CPF nº 143.921.601-06, com base na competência delegada por meio do Decreto nº 4.932, de 23 de dezembro de 2003, alterado pelo Decreto nº 4.970, de 30 de janeiro de 2004, e o **DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ENERGIA DE IJUÍ - DEMEI**, com sede no município de Ijuí, estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Getúlio Vargas, 1454, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 95.289.500/0001-00, representada, na forma da Portaria Municipal nº 5823, de 30 de maio de 2014, e da Lei Municipal nº 3057, de 15 de dezembro de 1994, por seu Diretor Presidente, ROGÉRIO ROBERTO SEIBERT, portador da identidade nº 4036945923 SSP/RS e do CPF nº 397.791.300-04, na condição de concessionária de distribuição de energia elétrica, doravante designada simplesmente CONCESSIONÁRIA, com interveniência e anuência da **PREFEITURA MUNICIPAL DE IJUÍ**, com sede no município de Ijuí, estado do Rio Grande do Sul, na Rua Benjamin Constant nº 429, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 90.738.196/0001-90, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, **FIORAVANTE BATISTA BALLIN**, portador da identidade nº 3009804182 SSP/RS e do CPF nº 274.379.300-72,, doravante designada simplesmente ACIONISTA CONTROLADOR, por este instrumento e na melhor forma de direito, resolvem firmar o presente Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para Distribuição de Energia Elétrica nº 085/2000-ANEEL, celebrado em 18 de outubro de 2000, de acordo com as condições e cláusulas a seguir:

| | |
|-------------------------------|---|
| PROCURADORIA FEDERAL/ANEEL |  |
| VISTO | |



CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente Termo Aditivo é incluir dispositivo que garanta que valores registrados na Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" – CVA e outros itens financeiros sejam incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão, correspondente às parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, na forma das alterações efetuadas na redação da Cláusula Décima Primeira do Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 085/2000-ANEEL, que trata da reversão dos bens e instalações vinculados, estabelecidas na Cláusula Segunda deste Termo Aditivo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA REVERSÃO DOS BENS E INSTALAÇÕES VINCULADOS


Inclui-se a Subcláusula Décima Segunda, com a redação abaixo, na Cláusula Décima Primeira – Extinção da Concessão, Reversão dos Bens e Instalações Vinculados do Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 085/2000-ANEEL:

"Subcláusula Décima Segunda - Além dos valores indenizados referentes aos ativos ainda não amortizados dos bens reversíveis, também serão considerados, para fins de indenização, os saldos remanescentes (ativos ou passivos) de eventual insuficiência de recolhimento ou ressarcimento pela tarifa em decorrência da extinção, por qualquer motivo, da concessão, relativos a valores financeiros a serem apurados com base nos regulamentos preestabelecidos pelo Regulador, incluídos aqueles constituídos após a última alteração tarifária."

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES RATIFICADORAS

Ratificam-se todas as demais cláusulas e condições do Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 085/2000-ANEEL, permanecendo válidas e inalteradas as não expressamente modificadas por este Termo Aditivo.



| | |
|-------------------------------|---|
| PROCURADORIA FEDERAL/ANEEL |  |
| VISTO | |



Assim havendo sido ajustado, fizeram as partes lavrar o presente instrumento em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, que são assinadas pelos representantes da ANEEL, da CONCESSIONÁRIA, do ACIONISTA CONTROLADOR, juntamente com as testemunhas abaixo identificadas, para que produza os devidos efeitos legais.

Brasília, 10 de dezembro de 2014.

PELA ANEEL:




ROMEU DONIZETE RUFINO
Diretor-Geral

PELA CONCESSIONÁRIA:



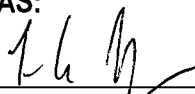
ROGÉRIO ROBERTO SEIBERT
Diretor Presidente

PELO ACIONISTA CONTROLADOR:



FIORAVANTE BATISTA BALLIN
Prefeito Municipal de Ijuí


TESTEMUNHAS:



Nome: Ivo Sechi Nazareno
CPF: 034.962.716-98



Nome: RAFAEL BERTOLUCCI GONÇALVES MORAES
CPF: 284.026.118-93

| | |
|--|---|
| PROCURADORIA FEDERAL/ANEEL VISTO |  |
|--|---|